

“Membros mortos da Igreja há bastantes”. Os objetivos do proselitismo do Pe. Avelino de Figueiredo, capelão do CEP na I Guerra Mundial (1917-1919)¹

“Ya hay bastantes muertos en la Iglesia”. Los objetivos proselitistas del padre Avelino de Figueiredo, capellán de la CEP en la Primera Guerra Mundial (1917-1919)

“There are enough dead members of the Church”. The proselytizing goals of Father Avelino de Figueiredo, chaplain of the CEP in World War I (1917-1919)

Benvinda, Frederico

Frederico Benvinda fbenvinda@edu.ulisboa.pt
Universidade de Lisboa, Portugal

Historia & Guerra
Universidad de Buenos Aires, Argentina
ISSN-e: 2796-8650
Periodicidade: Semestral
n.º 4, 2023
historiayguerra@gehigue.ar

Recepção: 08 Março 2023
Aprovação: 22 Maio 2023

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/678/6784268004/>

DOI: <https://doi.org/0000-0001-6583-651X>

Resumo: Padre Avelino de Figueiredo deixou claro que sua participação na Primeira Guerra Mundial como capelão voluntário do Corpo Expedicionário Português (CEP) visava salvar almas. Dado o ímpeto secularizador da Primeira República Portuguesa, a lógica proselitista que permeava o seu serviço gerou polémica, assim como o processo de associação dos capelães voluntários às forças do CEP.

A participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial em França teve por objetivo legitimar o regime republicano, cujo carácter laico poderia ser prejudicado pela integração nas forças que participaram naquele conflito de elementos que, para além de religiosos, tinham objetivos promocionais de sua fé.

A ação de Avelino de Figueiredo estendeu-se ao nível do apoio moral, espiritual, material e educativo aos militares. No entanto, subjacente a esta ação estavam os objetivos de expansão do catolicismo que o capelão pretendia observar entre os militares.

Palavras-chave: Capelão, Proselitismo, CEP, Catolicismo, República.

Resumen: El padre Avelino de Figueiredo dejó claro que su participación en la Primera Guerra Mundial como capellán voluntario del Cuerpo Expedicionario Portugués (CEP) tenía como objetivo salvar almas. Dado el ímpetu laicizador de la Primera República Portuguesa, la lógica proselitista que impregnó su servicio generó polémica, al igual que generó el proceso de asociación a las fuerzas del CEP de capellanes voluntarios.

La participación de Portugal en la Primera Guerra Mundial, en Francia, tenía como objetivo legitimar el régimen republicano, cuyo carácter laico podía verse perjudicado por la integración en las fuerzas que tomaron parte en aquel conflicto de elementos, que, además de ser religiosos, tenían objetivos de promoción de su fe. La acción de Avelino de Figueiredo se extendió al plano del apoyo moral, espiritual, material y educativo a los soldados. Sin embargo, en esta acción subyacían los objetivos de expansión del catolicismo que el capellán pretendía promover entre los soldados.

Palabras clave: Capellán, Proselitismo, CEP, Catolicismo, República.

Abstract: Father Avelino de Figueiredo made it clear that his participation in World War I as a volunteer chaplain of the Portuguese Expeditionary Corps (CEP) had the central goal of saving souls. Given the laicizing impetus of the First Portuguese Republic, the proselytizing logic that permeated his service generated controversy, just as the process of association of volunteer chaplains to the CEP did.

Portugal's participation in World War I in France was aimed at legitimizing the Republican regime, whose secular nature could be perceived as being threatened by the integration in its forces of elements that, besides being religious, had the clear objective of promoting their faith.

Avelino de Figueiredo's actions included moral, spiritual, material, and educational support to the soldiers. However, underlying this action were the objectives of the expansion of Catholicism that the chaplain intended to promote among the soldiers.

Keywords: Chaplain, Proselytism, CEP, Catholicism, Republic.

Introdução e Estado da Arte

O presente estudo centra-se na figura do capelão equiparado a alferes Avelino Simões de Figueiredo, que participou como capelão voluntário do Corpo Expedicionário Português (CEP) na I Guerra Mundial. Pretende analisar o entendimento que o Pe. Avelino Simões de Figueiredo demonstrou da fé católica e clarificar quais foram os objetivos que orientaram a sua participação na I Guerra Mundial. Como teremos oportunidade de demonstrar, o capelão em estudo era conhecedor das disposições do direito canónico aplicáveis à atuação dos capelães durante a I Guerra Mundial e demonstrava um entendimento estrito da fé e especificamente do culto católico, que entendia que, deveria pautar-se pelo cumprimento das formas ordinárias de participação nos sacramentos, especialmente, dada a situação em que estava inserido e as regras da Santa Sé que envolviam o mesmo, o sacramento da Penitência. No que tinha que ver com a participação do crente na celebração da Eucaristia, entendia que durante toda a celebração o mesmo devia demonstrar a sua dedicação a participar da mesma independentemente das circunstâncias em que se desse e que deveria demonstrar-se fervoroso ao cantar e rezar.

No que tem que ver com os objetivos que orientaram a sua ação, entendeu a sua participação na I Guerra Mundial como uma oportunidade para praticar o proselitismo entre os soldados, ação que, ao aumentar potencialmente o número

de militares devotos, deveria resultar na possibilidade de salvar as respetivas almas. Este era o objetivo final do seu projeto, que coexistia com o objetivo de aumentar o número de católicos: através do cumprimento do seu múnus sacerdotal, quer fosse através da celebração da Eucaristia, da realização de funerais, da visita aos doentes, da dedicação à criação de um local de recreio para os soldados ou da presença nas trincheiras, pretendia não apenas ter a possibilidade de absolver e encomendar os mortos e moribundos, mas de reavivar ou criar nos vivos um sentimento religioso de índole católica que deveria resultar no cumprimento dos preceitos da fé conforme os entendia.

Para o estudo deste tema, a principal fonte é o livro de memórias *A Cruz na Guerra* legado pelo Pe. Avelino de Figueiredo (1960). Contudo, os relatos que deixou nessa obra necessitam de contextualização. Para tal, mobilizámos como fontes o boletim individual do capelão do CEP por forma a recriar e demonstrar como se deu a sua participação na I Guerra Mundial, outras obras que nos permitem melhor entender a sua biografia e os documentos relativos às normas do direito canónico que se aplicaram aos capelães durante a I Guerra Mundial, para ser possível entender as decisões que tomou no cumprimento do seu serviço como tal.

A principal obra sobre a atuação dos capelães portugueses na I Guerra Mundial é o estudo *Nas Trincheiras da Flandres: com Deus ou sem deus, eis a questão*, de Maria Lúcia de Brito Moura (2010), que detalha de forma clara a atuação tanto do Pe. Avelino de Figueiredo como de outros capelães na I Guerra Mundial na Flandres e em África e contextualiza essa atuação na forma como foi organizada a assistência religiosa em campanha. Este estudo tem paralelos noutros países, como seja na Grã-Bretanha (Purdy, 2012), mas destaca-se pelo seu aprofundamento do tema.

No que toca ao tratamento da I Guerra Mundial, escolhemos fazer uso dos estudos de referência mais recentes relativos à participação de Portugal no conflito, dos quais se destacam as obras de Maria Fernanda Rollo e de Ana Paula Pires (2018), tal como os Estudos de Luís Fraga (2013; 2015; 2019).

Para o entendimento e contextualização dos objetos de devoção que o Pe. Avelino de Figueiredo entregou aos soldados, tivemos de recorrer a estudos específicos ao escapulário de Nossa Senhora do Carmo (Gomes, 2002; Haffert, 1967) e a obras de carácter geral (Zamit, 1967), tal como a fontes específicas relativas a esse objeto de devoção, para o entendimento do escapulário de S. Miguel Arcanjo.

Concluimos que ainda que não nos seja possível avaliar de forma clara o efeito que a atuação do Pe. Avelino de Figueiredo possa ter tido sobre o aumento da devoção do CEP em geral ao catolicismo ou sobre o aumento do número de soldados e civis católicos, o capelão em estudo parece ter sido bem sucedido no seu projeto de aumentar o fervor da crença e a dedicação à observação dos preceitos da fé no seio de grande parte dos soldados que acompanhou.

Resumo da participação de Portugal na I Guerra Mundial

A participação de Portugal na I Guerra Mundial, que se verificou nos respetivos territórios africanos e na Flandres, obedeceu a pressões internas e externas. Por um lado, estava em causa a defesa de territórios africanos que, desde a Conferência

de Berlim, Portugal tinha dificuldade em ocupar efetivamente e que eram alvo dos objetivos expansionistas de outros impérios europeus. Portugal combateu em África durante a I Guerra Mundial desde setembro de 1914 (Castaño, 2014: 65-67).

Além da questão colonial, estava em causa o reconhecimento internacional da República e o objetivo de eliminar a possibilidade de Portugal sofrer uma invasão espanhola do seu território continental, questão que foi amplamente discutida em Espanha e que no contexto da afirmação da presença deste país em Marrocos, era considerada como uma possibilidade tanto pela monarquia espanhola como pelo principal aliado de Portugal, a Grã-Bretanha, ainda que nunca se tenha materializado (Rollo e Pires: 42-48). De resto, a participação portuguesa no conflito em França permitiria ao Partido Democrático solidificar a sua posição governamental, já que esperava que uma onda de patriotismo se materializasse (Castaño, 2014: 70).

Portugal padecia também de necessidades financeiras que se agravavam desde o início do conflito. Os pedidos de ajuda financeira feitos a Londres não tinham tido o resultado pretendido e a escassez de cereais e carvão (Pires et al., 2021: 207), causava tumultos internamente. A entrada na guerra poderia garantir um empréstimo por parte de Inglaterra que permitisse aliviar esta situação (Castaño, 2014: 70).

Inicialmente, a Grã-Bretanha opôs-se à participação de Portugal no teatro de guerra europeu, mas essa posição começou a alterar-se durante o ano de 1915 e de 1916 graças à entrada da Itália no conflito e graças aos efeitos da guerra submarina irrestrita, que tinha afetado a marinha mercante inglesa. A existência nos portos portugueses de cerca de 100 navios alemães representava um alvo apetecível face à necessidade de transportes de que o governo português sofria e poderia ser importante para minorar o efeito da guerra submarina sobre a Grã-Bretanha (Telo, 2010: 330-334).

O passo final foi dado pelo governo francês, que no início de 1916 sugeriu ao governo britânico que solicitasse a requisição daqueles navios. O primeiro pedido inglês nesse sentido chegou a 2 de fevereiro de 1916, mas o governo português requisitou que fosse feito em nome da aliança entre as duas potências, o que se deu no dia 17. No final de fevereiro, Portugal cumpriu o pedido, o que resultou na declaração de guerra por parte da Alemanha em 9 de março de 1916 (Castaño, 2014: 74).

A Grã-Bretanha, continuava a não pretender a participação de Portugal no conflito em França, porque reconhecia que teria de se responsabilizar pela colocação e manutenção das tropas portuguesas na frente. Portugal acabaria por conseguir negociar para que isso acontecesse. A Grã-Bretanha transportou, armou e treinou as tropas portuguesas em França. Além disso, providenciou a Portugal um empréstimo que ascendeu a mais de 25 milhões de libras depois do final do conflito (Telo, 2010: 336-337).

Ainda que estivesse inicialmente previsto o envio de apenas uma divisão por parte de Portugal, a convenção militar de janeiro de 1917 entre Portugal e a Grã-Bretanha estipulava o envio de 35 mil homens. A Grã-Bretanha acabou por aceitar o envio de mais 20 mil para a formação de duas divisões, por forma a formar um corpo de exército. O transporte para França apenas ficou concluído em novembro de 1917 (Castaño, 2014: 75).

O Corpo Expedicionário Português, por decisão do alto-comando britânico, ocupou uma zona da Flandres francesa com uma linha de trincheiras de cerca de 12km entre Armentières e Béthune. O setor era considerado calmo, mas a sua defesa era dificultada pelo terreno lamacento e pelo facto de as posições alemãs que se lhe opunham estarem numa zona elevada (Fraga, 2013: 307-308).

Além disso, o governo britânico não pretendia manter o CEP na situação organizacional em que se encontrava. Depois da chegada ao poder de Sidónio Pais em dezembro de 1917, em janeiro de 1918 o governo britânico tentou que fosse feita a separação das forças do CEP. Uma divisão manter-se-ia na frente, enquanto outra ficaria na retaguarda para rotação. O CEP manteria o seu comando sobre essa divisão, mas sem responsabilidades militares, enquanto a divisão na frente ficaria integrada num corpo de exército britânico. Ambas as divisões teriam oficiais britânicos agregados a si (Telo, 2010: 397). Na opinião de Luís Fraga, esta situação tornaria o CEP numa unidade "teórica, sem qualquer empenhamento tático e muito menos, estratégico" (Fraga, 2019: 51). Mesmo assim, a solução inglesa acabou por ser aceite em fevereiro de 1918, mesmo com oposição entre o comando português.

Nesta altura, o moral do CEP era reconhecidamente baixo. Além de ser claro o desgaste físico que as tropas portuguesas apresentavam, a moral dos soldados também sofria graças ao facto de que as licenças de campanha que deveriam ser gozadas em Portugal tinham sido prometidas, não tinham sido concedidas por inexistência de transportes. Ao mesmo tempo, desde meados de fevereiro que se intensificavam as ações alemãs próximo do setor Português (Fraga, 2015: 158). A sua eventual capacidade de resistência a um ataque como aqueles que se começaram a realizar a sul dessa zona em março não era clara. Foi nessa conjuntura que o alto-comando britânico requisitou a retirada das tropas portuguesas da frente (Telo, 2010: 398-399).

Mesmo assim, a ordem de retirada foi sendo adiada até aos primeiros dias de abril, momento em que já estava em curso a ofensiva de primavera decidida pelo Alto Comando alemão (Fraga, 2015: 158). A decisão de movimentação dos militares portugueses para a retaguarda apenas chegou a 9 de abril de 1918. Nesse dia, as tropas alemãs iniciaram um ataque à frente portuguesa que resultou na desagregação do CEP. Depois desta derrota, as tropas portuguesas tiveram colocação como tropas de engenharia e no final da Grande Guerra, três batalhões integraram as últimas ofensivas britânicas (Fraga, 2019: 52).

No seguimento do ataque de 9 de abril, o avanço alemão foi repellido por divisões inglesas na retaguarda das tropas portuguesas (Telo, 2010: 401-407).

A Assistência religiosa em campanha

O tema da assistência religiosa aos militares portugueses que iriam combater na I Guerra Mundial revelou-se controverso. A lei de separação do estado e das igrejas de 20 de abril de 1911, que limitava a atuação da igreja católica, tal como o ímpeto de laicização da I República foram acompanhados por hostilidade face à Igreja (Moura, 2010: 7), que incluiu uma política de laicização das instituições onde se verificasse a presença da igreja católica ou de referências à religiosidade cristã católica e a expulsão das ordens religiosas do país, acompanhada do confisco dos respetivos bens (Fontes, 2002: 136-137). Além disso, as decisões

primeiramente do governo republicano e em segundo lugar do CEP sobre a religião no contexto da participação portuguesa na I Guerra Mundial foram no sentido de tentar dificultar a prática religiosa, que era considerada atentatória dos objetivos militares do país e da cultura republicana. Neste sentido, ainda que tenha sido autorizada no setor pelo qual o CEP era responsável, o acesso a serviços religiosos para os cristãos católicos era limitado, porque o número de capelães era reduzido e por outro, fez-se sentir a hostilidade de alguns oficiais à prática religiosa dos soldados que comandavam (Barata e Teixeira, 2004: 126-128).

Mesmo assim, o catolicismo continuava a ser importante para uma grande percentagem da sociedade portuguesa (Moura, 2010: 7), por isso, sentia-se a necessidade de existir quem estivesse junto dos soldados no momento da sua morte e do seu enterro e que absolvesse os seus pecados para que pudessem aceder à vida eterna (Moura, 2006: 42).

No que tinha que ver com a ajuda humanitária aos combatentes, desde 1914 que Portugal estava envolvido nesse serviço, nomeadamente em Angola e Moçambique, através da Cruz Vermelha (Pires et al., 2021: 209). Contudo, mesmo esta forma de assistência não foi isenta de controvérsias. Em 1916, o governo português atribuiu à Cruzada das Mulheres Portuguesas, instituição onde militavam mulheres associadas aos principais dirigentes republicanos, privilégios semelhantes aos previstos no direito internacional referente à Cruz Vermelha, o que causou uma forte resposta da parte da direção dessa instituição. Para esta controvérsia também contribuiu a ação da organização de índole conservadora Assistência das Portuguesas às Vítimas de Guerra, ainda que tenha sido de menor impacto, já que algumas das associadas acabaram por prestar serviço junto da Cruz Vermelha (Moura, 2006: 52-54).

No que tem que ver com o envio de capelães para a frente de combate, desde o início do conflito que o tema era discutido no seio da hierarquia católica. Depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, a discussão passou para o parlamento e seguidamente, para a imprensa.

Neste meio, os ataques de publicações anticlericais aos objetivos católicos fizeram-se notar. A opinião mais moderada tendia a aceitar o envio de sacerdotes, desde que de todas as religiões, para junto das tropas, se não fossem remunerados. A opinião mais radical discordava por completo da existência de assistência religiosa: receava a influência negativa que os padres podiam ter sobre o moral dos soldados, duvidava do respetivo patriotismo e avisava que qualquer abertura ao inimigo clerical poderia causar brechas no edifício laico do Estado republicano. Independentemente desta liça na imprensa, em março de 1916, o ministro da guerra, Norton de Matos, demonstrou a abertura do governo a permitir a regulamentação de que via como um “benefício indispensável” para as tropas (Moura, 2010: 7-12).

Noutros países, como era o caso do principal aliado de Portugal, a Grã-Bretanha, o exército dispunha de um departamento de capelães. O departamento teve, em 1914, dificuldade em adaptar-se ao crescimento rápido que se estava a observar no exército inglês, mas teve a capacidade de superar essa questão e observou aderência ao serviço de capelães anglicanos e católicos (Madigan, 2011: 48-51).

No caso português, a situação dos capelães começou por ser definida através do decreto 2869 de 30 de novembro de 1916. Essa lei referia que os comandantes

das forças militares portuguesas permitiam que os militares que pretendessem receber assistência religiosa, a recebessem através de um sacerdote português da respetiva religião, mas não regulamentava a atuação dos capelães (Moura, 2010: 19-20).

Não é claro se existiu ou não pressão por parte dos nossos aliados britânicos para que o CEP incluísse capelães nas suas forças. Joaquim Santos afirma que o governo inglês fez uma comunicação nesse sentido ao governo português em 15 de julho de 1916 (Santos, 2011: 106), mas Maria Lúcia de Brito Moura preferiu afirmar com base num ofício do chefe do serviço de saúde do CEP, José Gomes Ribeiro para o chefe do Estado-Maior, que o caso "mereceu atenção dos militares britânicos" (Moura, 2010: 21). Por seu lado, o Pe. Avelino de Figueiredo garantiu que o governo britânico exigiu a existência de capelães no CEP (Figueiredo, 1960: 14-15).

A regulamentação desta questão apenas foi terminada alguns meses depois, através do decreto 2942 de 18 de janeiro de 1917. Esse documento adicionava ao decreto anterior que a assistência religiosa seria prestada por sacerdotes portugueses que se oferecessem para fazer parte das forças armadas como militares ou equiparados, ou que fossem antigos capelães militares. Seriam equiparados a alferes e teriam direito a transporte, alimentação e alojamento, mas não a vencimento (Moura, 2010: 20).

Neste contexto, desenvolveram-se agrupamentos católicos ao nível local e nacional para angariação de fundos. A organização que coordenava esses esforços era a Comissão Central de Assistência Religiosa (CCARC), sediada no patriarcado de Lisboa. Iniciou as suas atividades em 7 de fevereiro de 1917 e era presidida por D. João Lima Vidal, arcebispo de Mitilene.

Durante a sua existência, a CCARC tentou garantir as condições materiais para o exercício do trabalho dos 15 capelães que supervisionou, ainda que o número de sacerdotes fosse inferior às necessidades, já que se contava apenas 1 capelão por regimento (Moura, 2010: 36-40). Das memórias deixadas por alguns dos combatentes portugueses em França, ressalta essa falta de apoio religioso, já que alguns decidiram procurar assistência espiritual junto dos párocos locais (Silva, 2017: 339).

A CCARC esforçou-se por providenciar um subsídio de 185 francos mensais a cada capelão e abonou-lhes outros valores para exercício da sua função, além de ter comprado agasalhos, objetos religiosos e outras ofertas para os soldados. Tentou também providenciar altares portáteis a todos os capelães (Moura, 2010: 39-42, 65).

A dependência pecuniária da CCARC foi aliviada pelo decreto nº4489, de 4 de junho de 1918, publicado durante o governo de Sidónio Pais, que abonou aos capelães o soldo de alferes (Moura, 2010: 92).

Legislação canónica relativa à atuação dos capelães durante a I Guerra Mundial

Além da legislação que referimos relativa à normas aplicáveis à assistência religiosa em campanha aos soldados portugueses, emanada do governo português, a Santa Sé também também produziu legislação sobre este tema, desta feita para tornar

mais latos os direitos abonados aos capelães durante a guerra no que tinha que ver com o exercício do seu múnus sacerdotal (Moura, 2010: 29-30).

O Pe. Avelino de Figueiredo referiu-se a estas decisões da Santa Sé no Capítulo II da sua obra, dedicado às “faculdades extraordinárias” dadas aos capelães católicos durante o conflito. Ao todo, contabilizou quinze faculdades a que atribuiu uma designação ordinal de 1ª a 15ª e que organizou consoante os temas de fé a que faziam referência: listou faculdades relativas a “confissões sacramentais”, à “celebração da Missa e Sagrada Comunhão”, à “bênção *in articulo mortis*”, à “bênção das medalhas” e à recitação do “ofício divino” (Figueiredo, 1960: 29-32).

De todas as faculdades referidas, para a contextualização da atuação do Pe. Avelino de Figueiredo como capelão do CEP durante a I Guerra Mundial e para o estudo do entendimento que o sacerdote demonstrou ter da fé católica naquelas condições, importa tratar as faculdades relativas à confissão dos soldados e à benção de objetos religiosos.

As faculdades dadas aos sacerdotes derivam de decisões de diferentes órgãos de governo da Santa Sé tomadas entre 1910 e 1915, constantes das *Acta Apostolicae Sedis* (AAS). Não derivam do *Codex Iuris Canonici* (CIC) porque a primeira edição do *Codex* foi publicada em 1917 e apenas entrou em vigor em 1918 (Peters, 2001: 23).

No que tem que ver com a confissão de fiéis, as decisões da Santa Sé sobre este tema ocupam a posição 1ª a 3ª na lista do Pe. Avelino de Figueiredo (Figueiredo, 1960: 29-30). Especificamente, a *Sacra Poenitentiaria Apostolica*, emitiu o parecer de 14 de dezembro de 1914, referido no parecer de 11 de março de 1915 (SPA, 1915: 130) e de 25 de maio de 1915 (SPA, 1915a: 281), através dos quais se confirmava que qualquer capelão, desde que habilitado para ouvir as confissões dos fiéis, podia ouvir as confissões de qualquer militar, de qualquer fiel que se aproxima-se dele ou de qualquer companheiro de cativo se estivesse preso, tal como absolver essas pessoas de todos os pecados.

Além disso, a Santa Sé permitiu aos capelães com faculdade de ouvir confissões de fiéis realizar aquilo que o CIC designa presentemente no Cânone 961, na sua versão latina como “*Absolutio pluribus*” (CIC, 1983, Can. 961 §1) e na versão portuguesa como “absolvição simultânea a vários penitentes” (Código de Direito Canónico [CDC], Can. 961 §1), ação que o Pe. Avelino de Figueiredo designou como “absolvição geral”. A filiação legal da absolvição geral foi recentemente estudada por Piotr Kubiak, que designou o acto “*assoluzione generale*” e definiu-o através de uma explicação dada sobre ele por Bento XVI. O Santo Padre definiu a absolvição geral como “*l’anticipazione dell’a assoluzione sacramentale*” dos pecados de um grupo de pessoas antes de se terem confessado, por reconhecerem que necessitam de absolvição, admitindo que não se tenham confessado antes de a receberem graças a um impedimento de força maior, mas assumindo que têm a intenção de o fazer no futuro logo que possível (Kubiak, 1996: 91).

A absolvição geral é, portanto, consoante o cânone 961 do CIC 1983, uma solução extraordinária para a absolvição dos pecados dos fiéis, aplicável em situações limite, nomeadamente quando se verifique perigo de morte dos penitentes e não seja possível ouvir a confissão de todos os penitentes individualmente, ou quando se verifique que graças ao número de penitentes presentes não existem sacerdotes suficientes para ouvir as confissões de cada um em tempo útil. Contudo, a segunda situação não se aplica em situações em

que apenas se verifique “necessidade grave” de aplicação da absolvição geral por existir grande afluência de penitentes ao local onde as confissões estão a acontecer (CDC, Can. 962). A forma preferível de absolvição dos pecados dos fiéis consta do Cânone 960: o penitente deve proceder à “confissão individual e íntegra” se reconhecer que cometeu um pecado grave (CDC, Can. 961).

Contudo, o ambiente legal em que o Pe. Fidelino de Figueiredo se movimentava era anterior a estas disposições, pelo que a decisão sobre a questão da absolvição geral coube à Santa Sé através de vários pareceres sobre o direito canónico emanados da *Sacra Poenitentiaria Apostolica*.

O parecer mais antigo data de 18 de março de 1912 e, consoante Piotr Kubiak, trata-se de uma resposta da *Sacra Poenitentiaria Apostolica* ao pedido do bispo de Verdun de conceder a absolvição geral a soldados mobilizados graças ao facto de o seu número não permitir a confissão individual (Kubiak, 1996: 91-92). Através do mesmo, os soldados foram equiparados a uma pessoa em perigo de morte. A ideia central do parecer foi confirmada em 29 de maio de 1915: no parecer desse dia, o Tribunal reafirmou que os soldados mobilizados, para efeitos do sacramento da Penitência, eram considerados pessoas em perigo de morte (SPA, 1915b: 282).

Este parecer foi complementado pelo de 6 de fevereiro de 1915 emanado da mesma entidade, mais uma vez em resposta a uma pergunta de um sacerdote. Desta feita, a *Sacra Poenitentiaria Apostolica* referiu-se à decisão de Bento XV sobre o caso: consoante o Santo Padre enunciou, os soldados mobilizados para a guerra tinham o direito de participar na Eucaristia e de comungar caso tivessem sido absolvidos numa absolvição de vários penitentes em simultâneo (neste caso o Santo Padre escolheu a expressão “communi absolute”), mas os capelães deveriam informá-los de que esta absolvição apenas seria válida se se verificassem duas condições: em primeiro lugar, tinha de estar verdadeiramente dispostos a recebê-la e em segundo lugar, tinham de confessar devidamente, ou seja, individual e completamente, os seus pecados caso escapassem ao perigo (SPA, 1915c: 72). Estas disposições aplicaram-se durante a I Guerra Mundial até serem revogadas pela *Sacrae Congregatio Consistorialis* em 22 de fevereiro de 1919 (Kubiak, 1996: 92).

No que tem que ver com a bênção dos objetos de devoção, a referência a este tema ocupou os lugares 11º a 13º da lista do Pe. Avelino de Figueiredo (Figueiredo, 1960: 32). No que toca ao direito canónico aplicável à questão, a decisão da *Suprema Sancta Congregatio Sancti Officii* [SCSO] de 5 de setembro de 1914 determinou que os fiéis receberiam indulgências de diferente duração consoante os atos de devoção que praticassem em determinados dias discriminados no documento. Essas indulgências dependiam do facto de o fiel estar a usar ou ter num lugar digno em sua casa um rosário, cruz, crucifixo, estátua ou medalha que tivesse recebido a bênção do Santo Padre. Estavam excluídas destas “apostolicae benedictionis” imagens pintadas ou objetos de devoção feitos de materiais frágeis, chumbo ou estanho (SCSO, 1914: 503-506).

Em 4 de fevereiro de 1915, o Santo Ofício adicionou a esta disposição que em tempo de guerra, os sacerdotes que tivessem obtido da Santa Sé o direito de abençoar objetos de devoção com as bênçãos referidas na decisão de 5 de setembro de 1914 tinham o direito de o fazer sem necessitar de obter permissão para o caso do Ordinário do local onde se encontrassem (SCSO, 1915: 66).

Estas decisões foram expandidas através da decisão de 17 de maio de 1915 da mesma entidade, que deu aos capelães a faculdade de benzerem apenas com o sinal da cruz os objetos referidos no primeiro documento, concedendo ao fiel que cumprisse as disposições da decisão de 5 de setembro de 1914 as “indulgências chamadas apostólicas” lá constantes (Figueiredo, 1960: 32).

No que tem que ver com as bênçãos associadas aos escapulários, a nota da *Sancta Congregatio Sancti Officii Pro Negotiis Ecclesiasticis Extraordinaris* [SCPNEE] de 10 de novembro de 1914, informava que através do rescrito da Secretaria de Estado da Santa Sé de 22 de março de 1912, tinha sido permitido a todos os soldados mobilizados requerer receber os escapulários que entendessem e que depois de os receberem ficariam investidos definitivamente dos mesmos, gozando das respetivas indulgências e graças desde que fizessem uso da medalha referida no decreto do Santo Ofício de 16 de dezembro de 1910 (SCPNEE, 1914: 673-674). Este decreto referia que qualquer fiel que tivesse sido devidamente investido de um escapulário aprovado pela Santa Sé ou que viesse a ser investido do mesmo tinha o direito de usar em substituição de um ou vários escapulários de pano uma medalha de metal à volta do pescoço ou de forma digna na sua pessoa. Ao usar esta medalha teria acesso a todas as indulgências e bênçãos associadas aos escapulários dos quais estava investido, incluindo o privilégio sabatino associado ao escapulário de Nossa Senhora do Carmo. A medalha a utilizar deveria conter no anverso uma imagem do Sagrado Coração de Jesus e no reverso uma efígie de Nossa Senhora. As bênçãos em causa seriam impostas a essa medalha através de um sinal da cruz único para cada uma, sem ser necessário que fossem dadas numa ordem específica (SCSO, 1910: 22-23).

A nota de 10 de novembro de 1914 mais informava que durante o conflito, qualquer sacerdote tinha o direito de enriquecer a medalha referida, prescrita pelo Santo Ofício, com as bênçãos dos escapulários. Os militares, de qualquer posto, que usassem a medalha teriam acesso às graças e indulgências adstritas aos escapulários a que as bênçãos fizessem referência sem estarem obrigados a terem sido investidos do escapulário de tecido correspondente a essas graças antes de receberem a medalha em causa (SCPNEE, 1914: 673-674).

Participação do Pe. Avelino de Figueiredo na Primeira Guerra Mundial

Avelino Simões de Figueiredo nasceu em Vila Nova de S. Félix, concelho de S. Pedro do Sul, em 11 de outubro de 1876 (“Padre Avelino Simões de Figueiredo”, *Album dos Vencidos*, nº 3: 7). Era filho de Manuel Ferreira de Figueiredo e de Maria do Nascimento, já falecida aquando da partida do capelão para França (1917, *Boletim Individual de Avelino Simões de Figueiredo* [BIASF], Arquivo Histórico Militar [AM]).

O sacerdote terminou os seus estudos eclesiásticos em 1899 no seminário da cidade de Viseu e celebrou a primeira missa em 24 de julho de 1899. Tornou-se capelão do Dispensário D. Amélia, em Lisboa, em 15 de novembro de 1900. Teve uma ascensão rápida na carreira clerical: depois de servir como coadjutor em várias paróquias lisboetas, em 2 de setembro de 1900 tornou-se capelão-cantor da Sé Patriarcal. Em 1 de maio de 1903 passou a mestre de cerimónias e em 11

de março de 1907, a beneficiado ("Padre Avelino Simões de Figueiredo", *Album dos Vencidos*, nº 3: 77).

A sua inclusão no *Album dos Vencidos*, que prometia denunciar as violências praticadas pelo regime republicano para com os seus opositores (*Album dos Vencidos*, nº 1), justificava-se pelas suas sensibilidades monárquicas e católicas e pelo tempo de prisão a foi sujeito depois da implantação do regime em 5 de outubro de 1910.

Consoante ficou registado no *Album*, o Padre Avelino de Figueiredo fez parte do partido Regenerador-Liberal desde 1902 e por ele pugnou no 1º Bairro de Lisboa, onde fundou o centro Franquista Regenerador Liberal do 1º Bairro, sito na rua infante D. Henrique, 24 (Figueiredo, 1960: 155). Também fez parte da Liga Monárquica,² mas acabou por se retirar da associação.

Foi preso na prisão do Limoeiro em 27 de março de 1911 por ser considerado "suspeito de conspirador". Os autores do *Album* acusam o governo republicano de o terem encerrado numa cela parca de mobília, de muito pequena dimensão, sem luz e providenciado de escassa alimentação. Em novembro do mesmo ano foi transferido para a prisão da Trafaria, onde permaneceu quatro meses. Depois desta pena, o governo republicano é acusado de ter forjado testemunhos falsos para condenar o padre a seis anos de prisão seguidos de dez anos de degredo. A sua pena ter-se-ia iniciado em 7 de abril de 1913 ("Padre Avelino Simões de Figueiredo", *Album dos Vencidos*, nº 3: 78).

Nas suas memórias, Avelino de Figueiredo esclareceu que esteve preso um total de três anos, tendo passado onze dias "a pão e água e sem luz, no segredo". Esteve encarcerado na prisão do Limoeiro, no forte da Trafaria e nas penitenciárias de Lisboa e Coimbra. Foi condenado a quinze anos de prisão maior celular por crimes contra a segurança da República Portuguesa, mas nunca cumpriu a pena e tal como os seus biógrafos, dizia-se inocente.

Em 22 de janeiro de 1917 requereu o respetivo alistamento no CEP como capelão voluntário. O seu pedido foi deferido oito dias depois (Figueiredo, 1960: 17-23). Especificou que depois da publicação do decreto 2942 de 18 de janeiro de 1917, que leu no dia 19, se dirigiu ao Cardeal D. António Mendes Belo no dia 22, durante as festas de S. Vicente, pedindo-lhe autorização para exercer funções como capelão voluntário do CEP, pedido a que o cardeal acedeu. Tendo adquirido os documentos que necessitava para se alistar, contactou o conselheiro Dr. Martins Carvalho. Encontrou-se com essa pessoa na rua do Ouro para tentar chegar à fala com Alexandre Braga, a quem pediu que o recomendasse ao ministro da guerra. Pouco tempo depois, em 30 de janeiro de 1917, foi nomeado capelão-voluntário do CEP (Figueiredo, 1960: 21-23).

Antes de partir para a Flandres, dirigiu-se em 15 de fevereiro à redação d'*O Dia* e em 22 à redação d'*A Palavra*. Três dias antes, tinha estado em S. Pedro do Sul, para se despedir dos seus amigos e família, dos quais destacou o seu pai, que sustentava financeiramente, e as suas irmãs (Figueiredo, 1960: 33-36). Depois de ter entrado ao serviço em França, a CCARC abonou 9\$00 mensais ao seu pai a partir do final de março de 1917 (Figueiredo, 1960: 75).

Partiu em 23 de fevereiro de 1917, para França, a bordo do navio *Gil Eanes*. A sua presença no cais de partida, em Lisboa, foi registada pela *Ilustração Portuguesa*, que em 2 de abril publicou uma imagem do sacerdote a comprar fruta no cais (nº 580: 268), depois de em 12 de março ter publicado outra fotografia

do eclesiástico, momentos antes de embarcar juntamente com o cónego Álvaro Santos (n.º 577: 213).

Chegou ao porto de Brest no dia 26 de fevereiro pelas 7 horas e no mesmo dia, embarcou num comboio para Ayre-sur-la-Lys sem a sua bagagem, que foi obrigado a deixar em Brest e que lhe foi entregue mais tarde. Chegou ao destino no dia 1 de março e ficou alojado temporariamente no hotel *Clef d'Or*. No dia 4 de março iniciou o seu serviço religioso com uma missa na catedral de Ayre-sur-la-Lys. No mesmo dia pediu um boleto e recebeu alojamento perto de Les Tourbières (Figueiredo, 1960: 45-52).

Os primeiros dias de março foram passados entre as vilas de Les Tourbières, Saint Omer e Roquetoire, adquirindo o necessário para viver naquela zona: agasalhos suficientes e um cavalo “preto, de raça hispano-árabe” para transporte pessoal (Figueiredo, 1960: 166). A alimentação do sacerdote provinha dos hotéis que existiam nessas localidades (Figueiredo, 1960: 61-62).

Depois de satisfeitas estas necessidades, Avelino de Figueiredo dedicou-se à organização da assistência religiosa aos soldados (Moura, 2010: 54). Nas memórias que deixou, indicou que se correspondeu com o Cardeal Patriarca de Lisboa sobre o tema e que a chefia do serviço acabou por recair, depois de algumas controvérsias, sobre o Pe. José Patrocínio Dias. Na distribuição de serviço, Avelino de Figueiredo ficou associado ao Quartel General da 1.ª divisão em Les Tourbières. Depois desta nomeação, decidiu visitar diariamente os soldados e oficiais portugueses que estavam em recuperação no hospital de Hazebrouck, parte significativa deles raquíticos e sífilíticos. Participou nos funerais de alguns dos primeiros mortos do CEP, tendo-se dedicado, juntamente com outros capelães, a adquirir uma bandeira portuguesa, para que não fossem enterrados cobertos por uma bandeira britânica (Figueiredo, 1960: 65-67).

Tendo o hospital uma capela anexa, rezou missa nesse espaço durante o mês de março (Figueiredo, 1960: 73), excetuando os dias 29 e 30 de março, nos quais celebrou a Eucaristia em Blessy (Figueiredo, 1960: 82). Deixou registado que era comum celebrar em várias localidades no mesmo dia, realizando grande parte das deslocações a pé através da neve (Figueiredo, 1960: 93). Além disso, naquele momento não tinha acesso a um altar portátil, necessário dado o estado em que se encontravam muitas das igrejas locais (Figueiredo, 1960: 85).

Acompanhando a 1.ª divisão, mudou-se em 20 de Abril para Théroouane, onde teve novo boleto (Figueiredo, 1960: 92). Continuou a rezar missa nas localidades próximas. No início de maio, partiu com o 1.º Grupo de Baterias de Artilharia (GBA) para Le Touret (Figueiredo, 1960: 109-112). Indo o 1.º GBA estagiar no *front*, decidiu acompanhar os soldados. A deslocação para S. Floris iniciou-se às 9:30h de 7 de maio e terminou no final desse dia. O capelão manteve-se na frente até 20 de maio de 1917 (Figueiredo, 1960: 129) e antes da entrada do Grupo em combate, graças à falta de oficiais, serviu como oficial comandante da 3.ª bateria do Grupo (Figueiredo, 1960: 124-125).

No dia 21 de maio, apresentou-se em Théroouanne (Figueiredo, 1960: 130), três dias depois e no dia 26 desse mês realizou um funeral em Merville e outro em Ayre-sur-la-Lys, visitou soldados doentes e rezou missa na localidade de Doben (Figueiredo, 1960: 119). Às 8h30 do dia 28 partiu para Lestrem, para onde se movimentou o QG da 1.ª divisão (Figueiredo, 1960: 149). No

dia 30, realizou outro funeral, desta feita, de um militar da Guarda Nacional Republicana (Figueiredo, 1960: 120).

Em Lestrem, auxiliou na direção de uma messe para oficiais adjuntos, que, por ser dirigida por capelães, ficou conhecida como *Vaticano* (Figueiredo, 1960: 150). Manteve-se na cidade durante o mês de junho, prestando auxílio aos capelães associados aos batalhões da 1ª divisão, já que estava associado ao QG da mesma (Figueiredo, 1960: 155). Foi nesta cidade que teve acesso a um altar portátil, que lhe foi providenciado pelo Padre José Ferreira Lacerda, que o adquiriu em Paris (Figueiredo, 1960: 208-209). No dia 4 de junho, visitou feridos portugueses em Merville e Saint Venant (Figueiredo, 1960: 151) e em 18 de junho, foi pregar e confessar soldados de infantaria, tal como sapadores mineiros que partiam para a frente (Figueiredo, 1960: 154).

Em 26 de julho de 1917, através da ordem do CEP nº138 e conforme consta no seu boletim militar (BIASF, AM), foi transferido para a 3ª brigada de infantaria, em Laventie. Nessa localidade, continuou o seu serviço religioso num teatro local onde rezava missa e pelo direito de o fazer, pagava uma renda mensal de 60 francos ao pároco da localidade (Figueiredo, 1960: 36-37). Relatou que visitava as trincheiras, hospitais e postos de saúde avançados perto da cidade (Figueiredo, 1960: 203) e tal como tinha feito noutros destacamentos, pregava e rezava com os soldados que estavam nas localidades circundantes antes de partirem para o front (Figueiredo, 1960: 233). Foi em Laventie que criou a casa de recreio do soldado da 3ª brigada, que tinha sido conceptualizada pelo Pe. José Ferreira de Lacerda (Figueiredo, 1960: 213-214).

Pouco tempo depois de ter chegado à cidade, em 18 de agosto de 1917, foi examinado por uma junta médica, que concluiu que o estado da sua saúde respiratória o impedia de usar uma máscara de gás durante tempo prolongado, o que o impedia de se manter numa zona que poderia sofrer ataques com granadas de gás (Figueiredo, 1960: 215). Ainda que o problema que o afetava não estivesse perfeitamente determinado, sabia-se da rala emitida pelos seus pulmões (Figueiredo, 1960: 242).

Neste contexto, requereu ao comandante do CEP que lhe fosse permitido usufruir da permissão dada pela ordem nº153 do CEP de 21 de agosto de 1917, especificamente, pretendia fazer uso de um período de descanso entre 10 e 15 de setembro de 1917 (Figueiredo, 1960: 246-247).

Mesmo assim, a licença não lhe foi concedida de imediato. Passou o natal de 1917 na cidade de Vieille Chapelle, tendo regressado depois dessa celebração a Laventie (Figueiredo, 1960: 286). Foi quando estava nessa cidade, no início de março, que recebeu licença para viajar para Portugal (Figueiredo, 1960: 248).

A sua saída de França acabou por ser forçada por um ataque alemão com granadas de gás à vila de Laventie em 11 de março de 1918 (Figueiredo, 1960: 285). O capelão estava na cidade em acompanhamento do regimento de infantaria nº 14 quando o ataque se deu. Grande parte dos militares foram transportados para o 1º Hospital de Sangue, em Merville, mas Avelino de Figueiredo decidiu seguir para Portugal.

A sua licença iniciou-se no dia 18 março, mesmo dia em que partiu para a cidade de Zelobes, onde durante dois dias auxiliou a 3ª Brigada de Infantaria, que sofreu um ataque de gás na noite daquele dia (Figueiredo, 1960: 271). Entre essa cidade e Irun, em Espanha, viu-se obrigado a viajar numa secção de carga do

comboio em que seguiu, para poder debruçar-se da lateral do vagão para vomitar. Esteve uma noite num hotel nessa cidade antes de entrar em Portugal, na gare da Guarda, no dia seguinte (Figueiredo, 1960: 261).

Estava em Portugal quando em 10 de abril foi informado da derrota do CEP na batalha de La-Lys. Decidiu celebrar exéquias solenes na igreja dos Mártires, em Lisboa, em nome dos soldados que tinham participado naquela batalha (Figueiredo, 1960: 316).

Manteve-se em Lisboa, em gozo da sua licença, até ao final de maio. No dia 23, partiu novamente para França juntamente com nove outros capelães. Chegou a Vimereux no dia 29 e dirigiu-se para a vila de Ambleteuse, onde estava o Quartel General da Base. Manteve-se nessa cidade até 31 de maio, dia em que pregou aos soldados antes de partir para Aubigni (Figueiredo, 1960: 303-304).

Em 30 de maio de 1918 foi colocado no Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro (BIASF, AM), conhecido como *Sempre Fixe*, que estava acantonado nessa cidade (Figueiredo, 1960: 304-305). O sacerdote deixou testemunho da simpatia daqueles soldados e ajudou a organizar a fanfarrinha do batalhão com o objetivo de atrair os soldados ao culto católico. A banda realizou alguns concertos na zona (Moura, 2010: 78), mas Avelino de Figueiredo declarou numa carta para o seu chefe de 27 de junho de 1918 que considerava aquele trabalho inútil: tinha viajado para França para se dedicar ao serviço religioso e portanto, pedia para ser transferido para outro local (Figueiredo, 1960: 333). O seu pedido foi atendido e a 1 de julho de 1918 foi transferido para o Porto de Desembarque de Brest (BIASF, AM), para onde partiu em 3 de julho. Três dias depois, saiu de Vendreux com destino a Aubigni, de onde no dia 9 viajou para Ambleteuse para no dia seguinte viajar para Brest, através de Paris (Figueiredo, 1960: 334).

Em Brest, teve a possibilidade de atuar largamente no contexto da sua atividade assistencial, que se estendeu à caserna de La Pointe. Visitou militares presos e doentes, fundou um balneário e uma escola, organizou o culto religioso (Moura, 2010: 79), promoveu a formação de uma messe de oficiais, criou uma barbearia e ajudou a conseguir roupa para os soldados ali aquartelados (Figueiredo, 1960: 338-341). Além disso, organizou juntamente com outros padres e pastores protestantes uma celebração do aniversário da República no dia 5 de outubro (Moura, 2010: 79). Indicou ter participado com naturalidade nessa celebração e mesmo dadas as suas crenças políticas, indicou não ter criticado nem a república nem a monarquia durante os seus discursos (Figueiredo, 1960: 344).

O seu trabalho em Brest envolveu também uma tentativa de reduzir a influência dos missionários protestantes sobre os soldados portugueses naquela área. Consoante indicou, ainda que inicialmente a presença protestante, principalmente de pastores americanos que falavam português, fosse significativa naquela área (Figueiredo, 1960: 336), aparentemente sem explicação, em 6 de outubro de 1918 os seus adversários deixaram as três casas que tinham criado. Uma delas foi destruída num vendaval pouco tempo depois.

Avelino de Figueiredo utilizou as restantes para criar uma escola para alfabetizar os soldados portugueses e uma barbearia que providenciava serviços gratuitos. Os materiais necessários para esse estabelecimento foram comprados com fundo próprios (Figueiredo, 1960: 348). A escola também era sustentada através de fundos próprios e de fundos providenciados por Sofia Burnay de Melo Breyner (Figueiredo, 1960: 353-354), condessa de Mafra e fundadora das

Madrinhas de Guerra, que também enviou livros e papel para fornecer a escola (Figueiredo, 1960: 373-375). A atuação das Madrinhas de Guerra aconteceu em vários casos em conjunto com a dos capelães, que a instituição apoiava (Moura, 2006: 63).

Durante este período, ausentou-se de Brest por duas vezes. A primeira deu-se entre 11 de agosto, dia em que se apresentou ao Quartel General da Base para assuntos não identificados relativos ao seu serviço (1918, *Boletim de alterações n° 5064*, AM) e 17 de agosto, dia em que regressou a Brest vindo do QGB (1918, *Boletim de alterações n° 5075*, AM). A segunda teve que ver com uma viagem a Portugal entre 22 de agosto e 5 de setembro, data em que regressou a Brest (BIASF, AM). Viajou para a terra natal para acompanhar praças que estavam doentes (1918, *Boletim de alterações n° 5080*, AM).

Aquando do armistício de 11 de novembro de 1918, o padre Avelino de Figueiredo ainda se encontrava em Brest. Quatro meses depois, em 4 de março de 1919 foi colocado no batalhão de Infantaria n° 12 pela ordem do CEP n° 61 (BIASF, AM). Partiu de Brest para Ecques, onde estava o batalhão que ia regressar a Portugal em 15 de março. Referiu que às 11h do dia 3 de abril de 1919 embarcou no transporte *Pedro Nunes*, em direção a Portugal (Figueiredo, 1960: 356). O seu boletim militar, contudo, indica que o embarque se deu no dia 5 de abril de 1919. Desembarcou em Lisboa em 9 de abril de 1919 (BIASF, AM).

Foi louvado por duas vezes, uma pela direção da casa do soldado em Laventie e outra pela criação da escola do soldado em Brest. O louvor mais antigo refere-se à Ordem do Exército n° 284 de 30 de janeiro de 1918 e louva o capelão pelo zelo com se dedicou a aumentar o moral dos soldados portugueses através da abertura da primeira casa de recreio dedicada a estes militares (Figueiredo, 1960: 365-366). O louvor mais recente está datado em 23 de novembro de 1918 nas memórias do capelão (Figueiredo, 1960: 365) e de 23 de setembro de 1918 no seu boletim militar (1917, BIASF, AM). Ambos os documentos referem-se à Ordem de Serviço do Porto de Desembarque n° 353, na qual o capelão foi louvado pelo esforço demonstrado como diretor da Escola do Soldado que funcionava naquele aquartelamento.

Entendimento do Pe. Avelino de Figueiredo do seu papel como capelão do CEP

Durante o seu serviço como capelão do CEP, o Pe. Avelino de Figueiredo promoveu missas, tanto campais como dentro de edifícios em diverso estado de conservação nas zonas em que esteve colocado, visitou soldados em hospitais e na frente de combate, participou em funerais, organizou uma banda, criou uma casa de recreio, uma escola e uma barbearia. Durante as celebrações que promoveu, entregou aos soldados objetos de devoção religiosa, como escapulários e medalhas. Entregou também "centenas e centenas" de exemplares do Manual do soldado Português, de índole católica (Figueiredo, 1960: 167).

O Pe. Avelino de Figueiredo entendeu a sua ação como capelão do CEP como estando revestida de uma natureza inexpugnável de proselitismo. Esta posição é comprovada por indicações que deixou nas suas memórias, nas quais indicou também que durante o mês de abril de 1917 foi chamado duas vezes ao QG da 1ª divisão para ser admoestado por ter pregado aos soldados (Figueiredo, 1960:

81-82), contudo, o seu boletim militar regista apenas uma repreensão, que data de 10 de abril de 1917 (1917, BIASF, AM).

A primeira repreensão referiu-se ao facto de ter pregado aos soldados durante as missas que celebrou na cidade de Blessy e a segunda referiu-se ao facto de em cartas ao cardeal patriarca de Lisboa, ter indicado que tinha distribuído terços, medalhas e escapulários aos soldados. Por estas ações, foi ameaçado de repatriamento e acusado de fazer “politica da igreja”. Respondeu ao chefe do Estado Maior, que o acusava, que o seu único objetivo em servir em França era o de fazer isso mesmo (Figueiredo, 1960: 82). A sua visão do seu papel ia além desta asserção. Consoante deixou escrito, via-se a si e aos seus colegas capelães como “apóstolos do século XX” (Figueiredo, 1960: 82), cujo objetivo único em França era o de “salvar almas” (Figueiredo, 1960: 333), ideia que iremos analisar.

Além desta ideia central, definiu que o seu trabalho como capelão deveria demonstrar a “acção católica elevada ao máximo expoente, o maior sacrifício do capelão aliado à melhor conduta e a maior luta contra o erro e o vício aliados à máxima benevolência para com os oficiais, sargentos e soldados” (Figueiredo, 1960: 143). Esta ideia de benevolência referia-se à dificuldade que enfrentava ao tentar tratar abertamente temas religiosos, dada a possibilidade de ferir as sensibilidades de oficiais ou soldados que estivessem contra esta prática. Portanto, havia que temperar discursos abertamente religiosos com uma associação desses temas a ideias de patriotismo, essencialmente “lançar a semente religiosa misturada com o molho patriótico” (Figueiredo, 1960: 143). No que toca ao combate ao erro e ao vício, como veremos, Avelino de Figueiredo entendeu que o mesmo deveria acontecer no contexto da casa do soldado que criou em Laventie.

Resta, portanto, na definição da sua missão, a ideia de sacrifício do sacerdote. Este conceito contemplou não apenas a necessidade de o sacerdote trabalhar arduamente pela expansão do catolicismo, pela promoção do moral dos soldados e pela salvação das suas almas, mas especificamente, o sacrifício da sua vida perante o inimigo no contexto do serviço religioso. Avelino de Figueiredo referiu que pediu a Deus “a morte junto dos meus soldados, no cumprimento do meu ministério”, possibilidade que considerava uma “honra, única a que aspiro” (Figueiredo, 1960: 123). A presença do sacerdote nas primeiras linhas deveria também revigorar a disciplina e sentimento patriótico dos soldados. Neste contexto, o sacerdote visitou e falou com soldados na frente (Figueiredo, 1960: 411) e serviu temporariamente e de forma informal como oficial de artilharia (Figueiredo, 1960: 123-124). De resto, a demonstração da dedicação do capelão ao seu mister e o facto de partilhar a vivência dos soldados deveria inspirar estes últimos a associar-se aos preceitos do culto católico.

Avelino de Figueiredo, tal como o fizeram outros capelães católicos, nomeadamente do exército inglês, onde eram conhecidos por esse tipo de decisões (Purdy, 2012: 36), principalmente em situações em que pretendiam dar a extrema unção a soldados moribundos (Brennan, 2011: 41-42), ou confessar soldados (Walker, 2016: 26-27), fez questão de não ficar e de indiciar que os seus colegas não deveriam ficar, como receava a que fosse obrigado pelos seus superiores, “no Quartel-General, inactivos e ao abrigo do fogo do inimigo”. Preferia, por entender que isso representava uma morte em serviço dos seus ideais, morrer junto dos soldados em exercício do seu ministério (Figueiredo, 1960: 123).

Portanto, a dimensão de proselitismo na sua atuação era, para este capelão, uma missão apostólica que sentia que ele e os seus colegas tinham. O objetivo era o de aumentar o número de fiéis, aumentar a sua dedicação à participação na Eucaristia como entendia que devia acontecer, combater os vícios morais que entendia que podiam ter ou adquirir e levá-los a confessarem-se, se sobrevivessem aos combates na frente de batalha, depois de absolvidos dos seus pecados através de absolvição geral.

Neste contexto, parece-nos que a ideia de *salvar almas* representa o entendimento mais lato que Avelino de Figueiredo tinha da sua missão: incluía uma tentativa de revigorar o sentimento católico dos soldados, afastá-los de serem convencidos a juntarem-se a congregações cristãs protestantes (Figueiredo, 1960: 728-729), permiti-los beneficiar de uma absolvição dos respetivos pecados desde que tivessem seguido os preceitos delineados pela Santa Sé e combater o que entendia serem vícios morais que a situação dos soldados e das infraestruturas de apoio que existiam promovia.

De facto, parece-nos que entendeu que todas as ações que tomou durante a sua estadia em França, excetuando a criação da banda do regimento de sapadores de caminhos de ferro (Figueiredo, 1960: 434), estavam conforme este propósito.

Visão do Pe. Avelino de Figueiredo da fé católica: preceitos e intervenção sobrenatural

O entendimento que o Pe. Avelino de Figueiredo tinha da fé e do culto católico no contexto da I Guerra Mundial centrava-se num entendimento próprio do que significava ser católico. Por oposição aos membros "mortos" da Igreja, era esperado dos membros participantes que tivessem determinadas atitudes durante a Eucaristia e perante a fé. Os exemplos do pretendido pelo sacerdote estavam nas atitudes que notou nos católicos franceses e nos soldados do batalhão de infantaria nº 34 e o exemplo das más práticas estava na generalização do que dizia que acontecia em Portugal.

Contudo, à medida que desenvolveu o seu trabalho de proselitismo entre as tropas do CEP, começou a notar nos soldados algumas das características que pretendia ver no crente católico, das quais a mais significativa o fervor na oração e no cântico. Mesmo assim, o Pe. Avelino de Figueiredo não deixou de contemporizar com algumas situações à partida indesejáveis consoante o seu entendimento da moralidade que devia permear as hostes católicas, notavelmente o consumo de álcool. Além disso, o seu entendimento da fé também se revestia de um entendimento sobrenatural da proteção providenciada pela crença e pelos objetos religiosos que entregava aos soldados. Consoante enunciou, poderiam ter influência tanto direta como indireta na possibilidade de os soldados escaparem à morte (Figueiredo, 1960: 405).

Um dos primeiros exemplos que temos da posição do Pe. Avelino de Figueiredo sobre a oração e a Eucaristia refere-se às missas que juntavam "milhares e milhares de pessoas" a que assistiu em março de 1917, durante a Quaresma, na igreja da cidade de Ayre-sur-la-Lys.

O contexto do culto e a forma como acontecia mereceram nota do capelão como exemplares. No que se refere ao primeiro, observou que tanto as elites políticas locais como os habitantes mais humildes participavam em conjunto

na celebração. Em segundo lugar, a forma como oravam também deveriam ser emulada: usavam um genuflexório para se ajoelhar, pelo qual pagavam o aluguer à entrada da igreja, e oravam sem levantarem os olhos dos seus livros de rezas ou do chão. Para o capelão, isto demonstrava especial sinceridade e envolvimento no ato. Quando era tempo de cantar as orações litúrgicas, os fiéis de ambos os sexos faziam-no com dedicação, demonstrando mais uma vez a autenticidade da sua crença (Figueiredo, 1960: 144).

Atribuía estas atitudes, por um lado, ao facto de o fervor ser característica de “todo o católico prático” e de todo aquele que “é católico por fé e por princípio” e por outro, ao facto de os franceses terem “motivos para imiscuir a fé com o seu patriotismo”: o nível de destruição que se notava na região justificava apelos ao divino para salvação de França (Figueiredo, 1960: 145). De resto, consoante explanou Luís Miguel da Silva, o impacto da omnipresença da morte estendeu-se também aos combatentes portugueses tanto em África como na Flandres e também neles aguçou o sentimento religioso (Silva, 2017: 82-83).

A dedicação dos franceses em participar na Eucaristia ao domingo, dado o movimento que causava na cidade, foi equiparada pelo capelão às romarias que se davam no norte de Portugal, mas as comparações positivas com o país natal não foram além deste comentário e da admissão de que em Portugal havia “verdadeiros crentes”, ainda que em número diminuto (Figueiredo, 1960: 144-145).

De facto argumentava que os fiéis portugueses, quando participavam na Eucaristia, voltavam “os olhos uns para os outros, para verem e serem vistos” (Figueiredo, 1960: 73-74). Além disso, argumentava que “a instrução religiosa é deficientíssima”, o que causava que a frequência da celebração acontecesse “por política”, ou pelo interesse de ouvir determinada peça musical ou de oratória “quando não é para murmurarem ou por coisa pior” (Figueiredo, 1960: 145). Além disso, as doações à igreja eram diminutas, os casamentos estavam em queda e eram raros os católicos que se confessavam “ao menos anualmente”, de acordo com os preceitos da Igreja Católica (Figueiredo, 1960: 74).

Esta visão da realidade, levava o Pe. Avelino de Figueiredo a argumentar que “Membros mortos da Igreja há bastantes”. Entendia como “mortos” todos aqueles que não praticavam “actos de vida eterna”. Neste sentido, era um membro morto da Igreja quem se dissesse católico e que mesmo que tivesse uma crença sincera (Figueiredo, 1960: 75), não observasse os preceitos da fé. Para ser considerado católico aos olhos do Pe. Avelino de Figueiredo, havia que seguir “à risca” os preceitos da religião. Além disso deveriam ser seguidas determinadas indicações morais, que tentou promover entre os soldados.

Um exemplo de participação de portugueses na Eucaristia como pretendia que acontecesse deu-se em maio de 1917 em Epinette aquando da partida da 1ª bateria do 1º GBA para o *front*. Nessa cidade, estava também alojado o batalhão de Infantaria nº 34, que tinha regressado da frente. Antes da partida da bateria, o capelão decidiu celebrar uma missa com o altar protegido por uma tenda montada pelos militares. A chuva que se fazia sentir tinha-o levado a ordenar aos soldados que colocassem os capacetes, contudo “eles assistiram à missa todos em cabelo”. O padre reagiu com emoção a esta decisão e chorou quando os soldados cantaram no momento de elevação da hóstia (Figueiredo, 1960: 112-113).

Referiu também ter chorado quando “no meio do mais respeitoso silêncio”, notou que os soldados estavam a rezar pelos caídos em batalha, pela vitória de Portugal e pela felicidade das suas respetivas famílias. Também rezaram para que Nossa Senhora da Conceição os não deixasse cair em pecado (Figueiredo, 1960: 132).

Este batalhão tornou-se a referência para o capelão da forma como pretendia que se comportassem os católicos portugueses. O fervor na oração e no canto, a humildade e prostração perante o divino, tal como a confissão individual eram pilares centrais, no seu entendimento, do culto católico. Portanto, por oposição aos membros “mortos” da igreja um membro *vivo* era aquele que seguia estes preceitos com consistência e sinceridade.

Durante as suas memórias, referiu-se ao batalhão de infantaria nº 34 como um grupo de soldados “tão bons, tão católicos” (Figueiredo, 1960: 107) e numa carta de 25 de maio de 1917 para o bispo de Mitilene, referiu-se ao batalhão como um que “eu adoro, como se todo o seu efectivo fosse a minha família” (Figueiredo, 1960: 134).

No que tinha que ver com a confissão dos soldados, como tivemos a oportunidade de referir *supra*, a Santa Sé tinha reconhecido a impossibilidade de os capelães ouvirem as confissões de milhares de soldados antes de partirem para a frente. Portanto, no caso de se verificar uma situação em que a confissão pessoal era impraticável, os capelães podiam conceder um perdão geral depois de os soldados terem recitado o ato de contrição. Depois disso, os militares tinham direito a comungar. Mesmo assim, tinham de efetuar a confissão individual se regressassem da frente para que a absolvição dos pecados de que tinham granjeado tivesse efeito (Moura, 2010: 67).

O padre Avelino de Figueiredo indicou durante as suas memórias que inicialmente “começámos por pregar, dar a absolvição geral a seguir e celebrar missa no dia ou véspera da entrada nas primeiras linhas da respetivas unidades” (Figueiredo, 1960: 141). O capelão fazia sermões para “batalhões inteiros”, depois dos quais os levava a dizer os atos de contrição e atrição. Seguidamente, dava-lhes a “absolvição geral” e permitia-os participar na Eucaristia. Mesmo assim, esta estratégia de serviço religioso resultou em que muitos soldados e oficiais, quando voltavam das trincheiras, não se iam confessar aos capelães. Portanto, durante a sua presença em Lestrem e Laventie, tinha decidido juntamente com outros capelães que estavam nessas cidades que apenas absolveria e permitiria receber a “sagrada hóstia” aos militares que se tivessem confessado antes do ato (Figueiredo, 1960: 141) “pessoal e antecipadamente”. Indicou que esta estratégia tinha dado “os melhores resultados” (Figueiredo, 1960: 253).

Através desta expressão, parece-nos que o Pe. Avelino de Figueiredo pretendia indicar que, ao tomar a decisão consciente de não fazer uso das faculdades mais latas que tinham sido dadas aos capelães pela Santa Sé no que tinha que ver com a absolvição geral, tinha observado um aumento no número de confissões efetuadas da forma preferida pela Igreja Católica: de forma pessoal. Para o capelão em estudo, este era um resultado positivo, já que representava uma adesão estrita aos preceitos da fé católica conforme entendia que deviam ser cumpridos. Da mesma forma, é admissível argumentar que considerava que esta decisão tinha contribuído para a sua missão de *salvar almas* e para os seus

objetivos de proselitismo: a existência de um número superior de confissões auriculares garantia não apenas que a absolvição dada aos soldados que a tivessem feito era efetiva, livrando-os do pecado cometido até essa absolvição, como demonstrava que os soldados que participavam nas celebrações que dirigia o faziam cumprindo preceitos de participação que iam além do de estar presente e receber com sinceridade a absolvição dada a todos os participantes, indicando, potencialmente, o crescimento da sua dedicação ao catolicismo.

No que tem que ver com a posição de Avelino de Figueiredo sobre o combate ao vício, a sua estratégia focou-se principalmente na Casa do Soldado. O estabelecimento pretendia afastar os soldados portugueses dos chamados *estaminets*, estabelecimentos geridos por franceses que ofereciam vários divertimentos e que o Pe. Avelino de Figueiredo associava à “desmoralização” e ao “vício” (Figueiredo, 1960: 413).

A Casa incluía material necessário para a correspondência, livros dados por várias entidades, principalmente pela Ordem de Malta e jornais de todas as tendências políticas, com exclusão de especial menção d’*O Século*. Estas publicações e a possibilidade de usar a Casa para produzir correspondência estavam disponíveis mesmo tendo em conta que o analfabetismo era uma realidade entre os militares portugueses. Neste caso, o trabalho dos capelães também se fez notar, já que auxiliavam os soldados na leitura e na redação de textos (Rodrigues, 2015: 144). Também estavam disponíveis jogos de tabuleiro e instrumentos musicais (guitarra, violão, clarinete e ocarina). Além disso, permitia a compra de tabaco, chá, café e bolos. Incluía também dois fogões para aquecimento (Moura, 2010: 76-77). O seu aspeto de “casa de leitura” era, consoante o padre referiu, inspirado em instituições semelhantes criadas pelos capelães ingleses para os seus soldados (Figueiredo, 1960: 217-219). De resto, é possível que também tenha sido inspirada por estabelecimentos semelhantes criados pelo YMCA, ou “triângulo vermelho”, que também existiam na zona e cuja utilidade na venda de comida e agasalhos aos soldados ingleses o padre reconhecia (Moura, 2010: 77).

Além disso, o padre dedicou-se a atuar sobre os *estaminets*. Quando foi transferido para a 3ª Brigada de Infantaria notou que as montras desses estabelecimentos continham postais ilustrados pornográficos. Contudo, a sua promoção da dedicação à religião católica teve efeito sobre os soldados, já que pouco tempo depois, “a crença religiosa dos nossos soldados obrigou a eliminá-los” (Figueiredo, 1960: 283). As “figuras e postais imorais” eram tão detestados pelos soldados, que estes se recusavam a comprá-las e por vezes os rasgavam (Figueiredo, 1960: 398), portanto, fê-los substituir por postais relativos à vida de Cristo e à dos santos católicos (Figueiredo, 1960: 213). Esta situação ajuda a demonstrar o entendimento que Avelino de Figueiredo tinha do vício: fazia uma diferenciação entre formas de ocupação dos tempos livres consideradas moralmente sãs, como ler, jogar jogos de tabuleiro e fazer música e formas consideradas moralmente inaceitáveis, como era o caso da compra e potencial coleção ou envio para um destinatário de postais pornográficos. No que se refere a estes, conforme indica Henrique Rodrigues, em referência a Nelson Schapochnik, a existência de imagens de corpos femininos numa publicação tão facilmente acessível era, num contexto social em que a sexualidade era comumente entendida como um tema que necessitava de especial decoro

na sua discussão, entendida como “uma provocação” (Rodrigues, 2015: 150; Schapochnik, 1998: 432). No caso específico do entendimento do caso pelo Pe. Avelino de Figueiredo, dado os postais pelos quais fez substituir os originais, parece estar em causa uma defesa da temperança perante a sexualidade e o feminino e a substituição da preocupação com esses temas na mente do soldado com a preocupação por seguir o exemplo de pessoas que deveriam orientar a sua conduta: Cristo e os santos católicos.

Mesmo assim, há que ter em conta que este entendimento da moralidade e portanto, de quão aceitáveis ou não eram os divertimentos que os soldados escolhiam não dependia em todos os casos da natureza do divertimento. No caso do consumo de álcool e de comida menos saudável, estava em causa o local onde esse consumo se dava. De facto, o consumo destes produtos, no contexto do entendimento que o capelão em estudo tinha do vício, poderiam ser facilmente consideradas atividades desmoralizantes, principalmente a primeira, que graças ao seu efeito inebriante e viciante poderia ter sido alvo de uma defesa da temperança perante o seu consumo semelhante à *cruzada* do capelão contra os postais pornográficos alegadamente oferecidos nos *estaminets*. Contudo, isso não aconteceu: para Avelino de Figueiredo, no que se referia ao álcool ou a comidas açucaradas, como bolos, não estava em causa o potencial efeito do produto sobre a mente ou o corpo do soldado, mas o local onde era consumido e a respetiva origem. Consoante contou, os soldados que frequentavam a Casa gastavam o seu pré por inteiro nesse local e apenas “em bolos ou vinho do Porto” (Figueiredo, 1960: 232).

Fica, portanto, claro, que a estratégia de combate ao vício de Avelino de Figueiredo centrava-se na promoção de uma visão da moralidade que classificava aquilo que era desmoralizador consoante o quanto essa atividade ou produto poderia afastar o soldado das formas de passar o seu tempo livre consideradas sãs pelo capelão. Neste contexto, o consumo de substâncias nocivas à saúde, viciantes e/ou inebriantes, como o álcool e o açúcar, era aceitável, com moderação, desde que acontecesse no local onde estavam presentes divertimentos moralmente aceitáveis. Fica por saber se a disponibilização de álcool e bolos na Casa do Soldado complementava os divertimentos disponíveis ou se era uma das atrações principais do estabelecimento. De notar que numa entrevista que providenciou ao jornal *A Ordem* de 14 de fevereiro de 1918, o Pe. Avelino de Figueiredo referiu que a Casa do Soldado estava aberta entre o meio-dia e as quatro e entre as seis e as oito horas da tarde, o mesmo horário em que laboravam os *estaminets*, e que continha todos os divertimentos e produtos que descrevemos, incluindo bolos, mas não mencionou o facto de ser servido vinho do Porto. Mesmo assim, indicou que a ocorrência de soldados portugueses ao estabelecimento era muito significativa, mesmo não tendo indicado a razão. Contudo, deu a entender que o interesse dos soldados estava nas atividades comunitárias que lá se realizavam: o cantar de fados e cantigas ao desafio e o jogar dos jogos disponíveis (Figueiredo, 1960: 413).

Entendimento do Pe. Avelino de Figueiredo dos potenciais efeitos da fé e dos objetos de devoção

No que tem que ver com a forma como pensava sobre os objetos religiosos que entregava aos soldados e que o próprio Pe. Avelino de Figueiredo usava, há que especificar a que objetos atribuiu capacidades extraordinárias face à sua possibilidade de salvar os soldados da morte e qual é o entendimento que no seio da Igreja Católica existe desses objetos.

Conforme sabemos através da obra que legou, Avelino de Figueiredo entregou terços, medalhas, escapulários e livros sobre o catolicismo aos soldados portugueses (Figueiredo, 1960: 82). Mesmo assim, apenas atribuiu capacidades extraordinárias aos escapulários e medalhas (Figueiredo, 1960: 405), dos quais referiu o escapulário de Nossa Senhora do Carmo e o escapulário de S. Miguel Arcanjo, tal como uma medalha representando Nossa Senhora do Carmo. Mais indicou que de entre estes objetos entregou escapulários de S. Miguel Arcanjo (Figueiredo, 1960: 405) e medalhas aos soldados (Figueiredo, 1960: 82). Estamos em querer que já que o Pe. Avelino de Figueiredo, como comprovámos, reconhecia as disposições da Santa Sé relativamente a estes objetos religiosos, entre as quais se contava o direito de aplicar as bênçãos dos escapulários às medalhas dadas aos soldados desde que as mesmas estivessem consoante as decisões do Santo Ofício sobre esse tema (Figueiredo, 1960: 32), é possível que as medalhas que entregou estivessem conforme estas disposições, a saber, o facto de serem feitas de metal e de apresentarem no reverso uma efigie de Nossa Senhora e no anverso o Sagrado Coração de Jesus (SCSO, 1910: 22-23). Mesmo assim, as informações que temos sobre o tema da parte do Pe. Avelino de Figueiredo são escassas, ainda que apontem para um cumprimento, pelo menos parcial destes requerimentos. Em primeiro lugar, o capelão informou que entregou “medalhas bentas” (Figueiredo, 1960: 197) aos soldados e na ocasião em que foi entrevistado pelo jornal *A Ordem* em abril de 1918, referiu-se a um soldado que estava a usar “a medalha de Nossa Senhora do Carmo” ao peito, tendo sido salvo da morte pelo objeto, que tinha parado uma bala (Figueiredo, 1960: 405). Ainda que este seja um caso isolado, cuja veracidade não nos é possível confirmar, atesta pelo menos a confiança que o capelão tinha na durabilidade destes objetos e o facto de Nossa Senhora estar representada numa das faces. Além disso, o facto de o capelão, que, como o nosso estudo indica, tinha uma dedicação muito significativa ao objetivo de fazer cumprir os preceitos da fé, além de conhecimento do direito canónico relativo à sua situação, ter entregue medalhas que descreve como “bentas”, pode indicar que entregou objetos que foram consagrados conforme os preceitos do Santo Ofício, já que eram os únicos que, segundo o direito canónico, era lícito benzer.

No que tem que ver com a natureza dos escapulários em causa, estes objetos, a que o Pe. Avelino de Figueiredo também se refere como “bentinhos” (Figueiredo, 1960: 405), tratam-se de um objeto de devoção inspirados numa parte do hábito de algumas ordens monásticas. Neste caso, escapulário é uma peça de tecido usada sobre os ombros, com uma forma retangular e um espaço para colocar a cabeça no centro, tapando a parte da frente e de trás do corpo e descendo quase até aos pés (Cross, Livignstone, 1997: 1460). A sua utilização é parte do hábito dos Beneditinos, Cistercianos, Dominicanos, Carmelitas, entre outros (Zamit,

1967: 1114-1116). Contudo, conforme indica Pinharanda Gomes, a utilização do escapulário de determinada ordem ou congregação assume a necessidade de emissão de votos relativos a essa ordem e a participação nas suas regras. Portanto, quando se faz referência ao escapulário no contexto do culto católico por fiéis que não fizeram estes votos, o que está em causa é uma peça de tecido, normalmente formada por dois retângulos de tecido de pequena dimensão unidos por duas fitas, que se usa ao pescoço. É comum coserem-se aos retângulos do escapulário imagens do respetivo patrono ou referências ao mesmo ou à congregação a que o fiel está associado. Ao todo, Pinharanda Gomes refere a existência de cerca de quinze escapulários diferentes, ditos "escapulários pequenos", utilizados como sinal de devoção a determinado santo ou figura religiosa da teologia católica, que devem ser impostos por um sacerdote assim autorizado a um fiel que o pretenda (Gomes, 2002: 14-19). De todos os que refere, interessa-nos tratar o escapulário de Nossa Senhora do Carmo, que define como "o mais antigo, primeiro preto, depois castanho, promovido pelos Carmelitas, desde o séc. XIII" e ao qual dedicou a obra que citámos (Gomes, 2002: 20) e o escapulário de S. Miguel Arcanjo, que refere ser "Promovido pelas Confrarias deste Anjo, desde 1878, é de cor branca e tem a inscrição «Quis ut Deus?»" (Gomes, 2002: 21).

A história da origem do escapulário de Nossa Senhora do Carmo e portanto, da ordem Carmelita, foi devidamente registada por John Haffert, que dedicou uma obra à origem e teologia do escapulário castanho. A lenda da origem deste escapulário remonta ao século IX antes de Cristo e filia-se na história da vida do profeta Elias, que vivia nas cavernas próximas do monte Carmelo, na Palestina. No contexto de uma situação em que a nação judaica tinha caído na idolatria, Elias tinha conseguido comprovar que Deus, por oposição ao culto de Baal que se estava a verificar, era a única divindade que devia ser adorada, já que era o único e verdadeiro Deus. Aceite essa situação pelos crentes, tinha sido levantado o castigo divino de seca que assolava a população pela sua divergência do culto divino próprio. A nuvem que tinha surgido sobre o Mediterrâneo, trazendo a chuva, representava a Virgem Maria e encerrava a promessa da vinda futura da Virgem Santíssima. A origem da ordem Carmelita, segundo John Haffert, está ligada aos monges que se diziam descendentes de Elias e que habitavam no monte Carmelo. Esses monges, sabendo da história de Elias, esperavam desde o tempo do profeta a vinda Virgem. Depois do nascimento de Cristo, tinham sido visitados pela Sagrada Família, tendo recebido a missão de guardar a Santa Casa de Nazaré e construído a primeira capela do mundo dedicada a Maria (Haffert, 1967: 1-26). Tinha sido encontrados nesse local durante a sétima cruzada pelo rei Luís IX, que tinha pretendido levar seis desses homens para França. Trinta anos antes desse acontecimento, dois cruzados ingleses já tinham levado consigo para a sua terra natal alguns desses monges, aos quais se tinha juntado um homem inglês, que tinha tomado o nome de Simão Stock, que tal como os monges, tinha levado uma vida de isolamento numa floresta inglesa. Simão Stock ascendeu ao lugar de Geral da ordem carmelita em 1245 e presenciou uma aparição de Santa Maria em 16 de julho de 1251, durante a qual a Virgem lhe entregou o escapulário castanho e o informou do privilégio de que gozariam os Carmelitas: quem morresse revestido daquele escapulário não sofreria o fogo eterno (Haffert, 1967: 27-31). Este privilégio dos devotos de Maria foi especificado pela bela bula *Sacratissimo uti culmine* do papa João XXII, que deu origem à ideia do privilégio

sabatino: quem fosse devoto de Nossa Senhora e usasse o seu escapulário, à sua morte seria absolvido de todos os pecados e salvo do purgatório no sábado seguinte ao do dia da sua morte. Para gozar deste privilégio, não bastava ter vestido o escapulário: o devoto tinha de o ter recebido de um sacerdote com faculdade de o impôr, ter o seu nome registado num livro de uma confraria, ser casto conforme o seu estado e rezar ou Ofício Breve de Nossa Senhora ou o terço do Rosário todos os dias, além de dever demonstrar uma “santa prática de vida” (Gomes, 2002: 41-43).

No que se refere ao escapulário de S. Miguel Arcanjo, consoante Pinharanda Gomes, este escapulário era “Promovido pelas Confrarias deste Anjo, desde 1878, é de cor branca e tem a inscrição «Quis ut Deus?»” (Gomes, 2002: 21). A *Catholic Encyclopedia* menciona que, de facto, foi criada uma confraria em honra de S. Miguel Arcanjo na igreja de Santo Eustácio em Roma em 1878 e no ano seguinte, uma confraria em honra do mesmo anjo na igreja de Sant’Angelo em Pescheria ou *Sancti Angeli in forum Piscium*. Essa confraria foi elevada ao estatuto de arquiconfraria em 1880. Ainda que o escapulário date de data incerta durante o papado de Pio IX, foi aprovado durante o papado de Leão XIII (Hilgers, 1913: 513), especificamente, em 28 de maio de 1882 pela *Sancta Congregatione Rituum*, que o aprovou a pedido do Concelho Diretivo da *Piae Unionis Primae Primariae Sancti Michaelis Archangeli de Urbe*, que estava sedia na igreja de *Sancti Angeli in forum Piscium*. Consoante a aprovação, o escapulário denotava a associação do devoto àquela confraria e demonstrava a sua dedicação a combater contra as forças do mal. A imagem do Arcanjo, representado como era tradicional na Igreja Católica, podia constar do objeto (SCR, 1882: 286).

A fórmula para a imposição do escapulário foi aprovada pela *Sancta Congregatione Rituum* em 23 de agosto de 1883 (Hilgers, 1913: 513) e o rito para a respetiva imposição consta do *Benedictionale Romanum* de 1884 (Benedictionale Romanum, 1884: 206-207). A decisão de aprovação do escapulário em 1882 não refere qual deve ser a sua forma física excetuando a referência de que pode contar uma imagem de S. Miguel Arcanjo. Enquanto Pinharanda Gomes afirma que é de cor branca e que tem a inscrição “Quis ut Deus?”, a *Catholic Encyclopedia* concorda com a presença desta inscrição numa das faces de cada um dos cortes de tecido que o formam, mas refere que o escapulário é formado por dois fragmentos de tecido em forma de escudo, um azul e outro preto, mesma cor das respetivas fitas, contendo de um lado a imagem de S. Miguel Arcanjo e do outro a inscrição referida (Hilgers, 1913: 513).

No que tem que ver com as bênçãos específicas do escapulário de S. Miguel Arcanjo, não encontramos referência a privilégios únicos deste escapulário que se aproximem da latitude do privilégio sabatino do escapulário de Nossa Senhora do Carmo. Contudo, o ritual de imposição deste escapulário pede a Deus, com a interseção de S. Miguel Arcanjo, que verta sobre o devoto a capacidade superar tanto os inimigos do corpo e da alma na vida e na morte como as ofensas que lhe sejam feitas (Benedictionale Romanum, 1884: 207).

Neste sentido, no que tem que ver com os eventos extraordinários que o Pe. Avelino de Figueiredo atribuía ao uso dos escapulários e medalhas, contou numa entrevista ao jornal *A Ordem* publicada em 7 de abril de 1918, que tinha passado 11 meses na primeira linha correndo “eminentes perigos”. Mesmo assim, tinha sempre confiado na “protecção do escapulário de S. Miguel e de Nossa Senhora

do Carmo, que me livraram da morte". Mais enunciava que "até por médicos" era constatado que grande parte dos feridos e mortos não estavam a usar objetos religiosos. Num caso específico de um soldado não identificado, que já referimos, a medalha de Nossa Senhora do Carmo que tinha ao peito tinha servido como proteção improvisada, parando uma bala.

De resto, garantia que os soldados a quem tinha oferecido escapulários de S. Miguel Arcanjo tinham passado pelos perigos mais eminentes e pelos combates mais duros, mas, tal como ele, tinham sobrevivido, não tendo chegado sequer a ser feridos (Figueiredo, 1960: 405).

Tendo em conta que o Pe. Avelino de Figueiredo investiu um número elevado de soldados do escapulário de S. Miguel, tendo chegado, em determinada ocasião, a entregar "200 bentinhas" num só dia (Figueiredo, 1960: 92), e ainda que seja possível que conhecesse o ritual correto para fazer esta imposição, tendo em conta o número especialmente elevado de escapulários que entregou (Figueiredo, 1960: 405) e o facto de a Santa Sé permitir a associação das bênçãos dos escapulários às medalhas produzidas conforme as indicações do Santo Ofício, é improvável que tenha realizado esse ritual como ele se apresenta no *Benedictionale Romanum*. Isso não significa que tanto o sacerdote como os soldados devotos não acreditassem na bênção que tinha sido vertida sobre eles, nomeadamente, no caso do escapulário de S. Miguel Arcanjo, a intercessão do Arcanjo a favor do devoto por forma a fortalecer a sua capacidade de superar os inimigos do seu corpo e da sua alma em vida e na morte, e além disso, não acreditassem, de forma mais lata, na possibilidade de o escapulário ter efeito sobre a possibilidade de escaparem as perigos da guerra. Mesmo assim, parece-nos que neste caso específico, o Pe. Avelino de Figueiredo atribuiu a estes sacramentais qualidades que vão além das bênçãos que os crentes podiam esperar deles.

De facto, outros comentários do sacerdote ao jornal *A Ordem* publicados no mesmo dia parecem ir no mesmo sentido, ainda que neste caso não envolvam a utilização de um objeto de devoção determinado, mas antes a possibilidade de a fé de um soldado permiti-lo escapar à morte. O Pe. Avelino de Figueiredo afirmou aquela publicação, em 7 de abril de 1918, que em março de 1918 um morteiro tinha caído perto de abrigo onde estavam 4 soldados do batalhão de Infantaria nº 9. Um deles estava a rezar o terço enquanto os outros "elevavam o seu pensamento a Deus". Quando os soldados se calçavam para sair do abrigo, outro morteiro tinha caído sobre o edifício. Todos tinham sobrevivido. Noutro caso, não datado, um soldado de infantaria estava de sentinela a rezar. Um morteiro tinha caído e tinha-lhe queimado o uniforme, sem o afetar. O capelão contou também que um dos "batalhões da primeira brigada" tinha sofrido um ataque de grandes dimensões. O oficial que liderava o batalhão tinha decidido que o mesmo deveria manter a sua posição, exortando os soldados a rezar a Deus, já que ele não tinha fé. Os soldados tinham rezado em voz alta e o ataque tinha durado cerca de uma hora, mas não tinha gerado feridos (Figueiredo, 1960: 404).

Em ambos os comentários que fez ao jornal *A Ordem*, o Pe. Avelino de Figueiredo deixou em aberto o que poderia ter potencialmente causado a sobrevivência dos soldados que tinham vivido as situações que descreveu, referindo apenas que "Quanto à sua [dos soldados] fé, posso relatar-lhe alguns dos casos que presenciei" (Figueiredo, 1960: 404). Excetua-se o caso do soldado que escapou à morte graças ao facto de a medalha que estava a usar ter servido

como proteção improvisada, caso no qual fica claro que foram as propriedades físicas do objeto que pararam o projétil. De resto, conforme indicou Luís Miguel Silva, as situações referidas pelo Pe. Avelino de Figueiredo não foram caso único. Nas suas memórias, o capitão José Silva Mendes mencionou um episódio durante o qual os soldados da companhia de infantaria 22, que comandava, se tinham ajoelhado a rezar durante um ataque de artilharia, situação com a qual o oficial tinha contemporizado e que tinha terminado com a sobrevivência dos devotos (Silva, 2018: 68-70). Mesmo reconhecendo este resultado, Luís Silva atribuiu a decisão de não procurar abrigo, à partida a mais acertada, à “impreparação dos militares” e/ou à respetiva “ingenuidade (no sentido em que acreditaram ser protegidos pela divindade)”. Ao mesmo tempo, lembrou que mesmo se estivesse em causa uma ou ambas destas características, a morte no conflito em que estes homens estavam envolvidos aparentava aos próprios, que legaram essa visão nas respetivas memórias, ser um acontecimento aleatório, capaz de afetar qualquer um a qualquer momento, mesmo que tivesse procurado defender-se dela da forma aparentemente mais sólida. Portanto, dada o quão comum e desprovida de uma lógica perceptível a chegada da morte era, ficaram registadas nas memórias dos militares situações que aparentavam ir além do banal no que tinha que ver com a sobrevivência a situações que tendencialmente teriam resultado no falecimento do soldado. Algumas das histórias mais impressionantes envolviam a presença da fé, mas sem que aqueles que as registaram indicassem explicitamente que entendiam que a sobrevivência dos envolvidos se devia ao sobrenatural (Silva, 2018: 80-81).

Contudo, no que tem que ver com os casos relatadas pelo Pe. Avelino de Figueiredo, ainda que o capelão em estudo não o afirme expressamente, fica clara a associação que pretendia que o entrevistador e o leitor fizessem entre a fé, o uso de escapulários, especialmente o de S. Miguel Arcanjo, que continha no seu ritual bênçãos nesse sentido, ao contrário das bênçãos normalmente associadas ao escapulário de Nossa Senhora do Carmo, e a sobrevivência na guerra. O Pe. Avelino de Figueiredo pretendia indicar implicitamente que tanto atos públicos de demonstração de fé em Deus como o uso de escapulários ou medalhas podiam resultar numa intervenção sobrenatural, nomeadamente a favor da preservação da vida de um soldado. Além disso, esta visão sobre as possibilidades de existir intervenção sobrenatural a favor dos crentes que demonstrassem fé sincera ou através de atos públicos de devoção, ou através da sua investidura com um escapulário ou medalha, poderia ser uma estratégia de proselitismo. O recontar destes acontecimentos de forma pública, poderia ser uma forma de promover entre o público em geral as formas de culto católico fervoroso que o Pe. Avelino de Figueiredo tinha visto entre alguns dos soldados portugueses que tinha acompanhado, ao indicar indiretamente aos leitores que havia a possibilidade de que, caso se tornassem crentes devotos nos conformes do que o Pe. Avelino de Figueiredo entendia que deveria ser o culto católico, poderiam também granjear intervenção sobrenatural quando dela necessitassem.

Conclusões

Em conclusão, a participação do Pe. Avelino de Figueiredo na I Guerra Mundial como parte do CEP não pode ser desligada da dimensão de proselitismo que a

informou. Da mesma forma, essa participação teve também uma caráter claro de assistência moral e material aos soldados portugueses, ainda que essa assistência, da mesma forma, tivesse como objetivo reverter para a missão de salvar almas a que o capelão voluntário se propôs.

O cumprimento dessa missão dependeu sempre das possibilidades pecuniárias do capelão e aconteceu no contexto da sua tentativa de fazer uso ora lato, ora restringido por decisão própria, das faculdades dadas aos capelães militares pela Santa Sé. De resto, teve sempre o objetivo de aumentar a participação dos soldados na vida religiosa.

Essa participação deveria acontecer em observância das formas de culto que o capelão considerava representarem uma crença sincera no divino e uma entrega do crente ao fervor religioso de índole cristã e católica.

Para incitar os soldados que acompanhou a praticar "actos de vida eterna", Avelino de Figueiredo fez-se um exemplo de bravura e de dedicação à sua causa, indicando o seu objetivo de morrer juntamente com os soldados que acompanhava, já que isso representaria uma entrega total ao seu projeto.

Com as suas ações enquanto capelão tentou promover uma vivência da religiosidade católica centrada na participação fervorosa na Eucaristia, que deveria contar com a oração em privado e com o canto em público. Pessoalmente, como fizemos notar, tinha uma visão da proteção potencialmente conferida pelos símbolos religiosos que entregou que indicava a possibilidade de poderem permitir intervenção sobrenatural a favor do devoto.

Porquanto não nos seja possível avaliar de forma clara o efeito do trabalho de expansão da fé católica levado a cabo pelo Padre Avelino de Figueiredo, é lícito afirmar, com base nas memórias que legou, que conseguiu levar alguns dos soldados do CEP pertencentes aos regimentos a que esteve agregado a levar a cabo o culto católico nos moldes que entendia que deveria acontecer. Mesmo num contexto em que a participação pública em atos religiosos podia convidar à censura por parte de oficiais adeptos de uma visão laica do mundo, o Pe. Avelino de Figueiredo teve a capacidade, através do seu carisma enquanto orador, através da coragem que demonstrou em combate, através do quanto demonstrou preocupar-se com a saúde mental e física dos soldados e através da dedicação que demonstrou ao múnus sacerdotal, de levar um número apreciável de soldados a segui-lo no cumprimento dos preceitos do culto católico como entendia que deviam acontecer, absolvendo-os, neste contexto, dos pecados cometidos e permitindo-o, portanto, *salvar almas*.

Além disso, porquanto, mais uma vez, não nos seja possível ou lícito avaliar se as situações que descreveu atestam ou não a intervenção sobrenatural a favor dos soldados a quem entregou objetos de devoção, parece-nos ter ficado claro que além de confiar na proteção potencial que providenciavam contra os perigos da guerra, a entrega desses objetos esteve conforme os seus objetivos de proselitismo. A entrega daqueles objetos, ainda que pudessem eventualmente ser vistos como amuletos por alguns dos recetores, indicava em primeiro lugar a devoção de determinada pessoa ao patrono do escapulário e em segundo lugar, a associação de situações de aparente intervenção sobrenatural a favor dos que os tinham na sua pessoa, indicava implicitamente que a devoção católica conforme o Pe. Avelino de Figueiredo argumentava que deveria acontecer poderia ter efeitos positivos

sobre a preservação da vida, na guerra, ou de resto, a intervenção sobrenatural a favor de quem os cumprisse.

Neste contexto, a participação do soldado português em campanha na I Guerra Mundial na vida católica nos moldes em que o Pe. Avelino de Figueiredo entendia exemplares poderia ter um conjunto de benefícios: poderia proteger o militar quanto possível da morte, garantir a absolvição dos respetivos pecados praticados entre confissões e permitir a salvação da respetiva alma depois do falecimento, possibilitando o acesso à vida eterna.

Agradecimentos

O autor gostaria de apresentar os seus agradecimentos à Fundação para a Ciência e Tecnologia graças ao financiamento que a mesma lhe providencia através da bolsa UI/BD/152204/2021, que lhe permite realizar a sua atividade científica.

Referências Bibliográficas

- Barata, M. e Teixeira, N. (2004). *Nova História Militar de Portugal*. Círculo de Leitores.
- Castaño, D. (2014). A Grande Guerra e as relações internacionais de Portugal Da Monarquia à República. *Relações Internacionais*(42), 63-77.
- Chagas, J. (1909). Carta aos Senhores da Liga Monarchica. In *Cartas Politicas por João Chagas*. vol. 6 (pp. 81-96). Officina Bayard.
- Brennan, M. (2011). *Irish Catholic Chaplains in the First World War* [Tese de Mestrado]. University of Birmingham.
- Figueiredo, A. (1960). *A Cruz na Guerra (Uma missão difícil): roteiro de impressões*. Edição do autor.
- Fontes, P. (2002). Da Reação à Política Laicizadora da I República ao Projeto de «Reconquista Cristã da Sociedade». In C. Azevedo, *História Religiosa de Portugal*. 3, 136-181.
- Fraga, L. (2013). O CEP marcha para o Front. In A. Afonso e C. Gonçalves (coords.), *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918* (pp. 306-309). Verso da História.
- Fraga, L. (2015). O Exército Português na Frente Ocidental. In M. Rollo (coord.). *Portugal e a Grande Guerra*. Assembleia da República.
- Fraga, L. (2019). Portugal e a beligerância na Grande Guerra: Razões de uma intervenção. In J. Freitas, J. Cardoso e P. Reis (ed.), *A Primeira Guerra Mundial. Na Batalha de La Lys* (pp. 43-54). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Gomes, J. (2002). *O Escapulário de Nossa Senhora do Carmo (Breve Iniciação Histórico-Teológica)*. Editora Rei dos Livros.
- Haffert, J. (1967). *Maria na Sua Promessa do Escapulário*. Edições Carmelo.
- Hilgers, J. (1913). Scapular. In *The Catholic Encyclopedia* (pp. 508-514). Knights of Columbus Catholic Truth Committee.
- Kubiak, P. (1996). *L'assoluzione generale nel Codice di Diritto Canonico (cann. 961-963) - alla luce della dottrina del Concilio di Trento sull'integrità della confessione sacramentale* [Tese de doutoramento]. Pontificia Università Gregoriana.
- Madigan, E. (2011). *Faith under Fire: Anglican Army Chaplains and the Great War*. Palgrave Macmillan.
- Moura, M. (2006). A assistência aos combatentes na I Guerra Mundial - um conflito ideológico. *Revista Portuguesa de História*(38), 41-75.

- Moura, M. (2010). *Nas Trincheiras da Flandres: com Deus ou sem deus, eis a questão*. Edições Colibri.
- Peters, E. (2001). *The 1917 Pio-Benedictine Code of Canon Law: In English Translation with Extensive Scholarly Apparatus*. Ignatius Press.
- Pires, A., Tato, M. I. e Schmidt, J. (eds.) (2021). *The Global First World War: African, East Asian, Latin American and Iberian Mediators*. Routledge.
- Purdy, M. (2012). *Roman Catholic Army Chaplains during the First World War: Roles, Experiences and Dilemmas* [Tese de Mestrado]. University of Central Lancashire.
- Ritus Benedicendi et Imponendi Scapulare Sancti Michaelis Archangeli (1884). In *Benedictionale Romanum sive Sacrae benedictiones in Rituali Romano et in ejus approbata Appendice ac in Missali necnon Pontificali Romano receptae et sacerdotis delegati usui accommodatae* (pp. 206-207). Sanctae Sedis Apostolicae et Sacrorum Rituum Congregationis Typographi.
- Rodrigues, H. (2015). O Bilhete-postal na Primeira Guerra Mundial, Uma Fonte a Explorar. In Pereira, G., Alves, J., Alves, L. e Meireles, M. *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*. CITCEM.
- Rollo, M. e Pires, A. (2018). *A Grande Guerra no Parlamento*. Assembleia da República.
- Sacra Poenitentiaria Apostolica (1915a). Circa Facultates Sacerdotum Ad Exercitum Italicum Pertinentium Tempore Belli. *Acta Apostolicae Sedis*. vol. 7 (p. 281). Typis Polyglottis Vaticanis.
- Sacra Poenitentiaria Apostolica (1915c). De Absolutione Impertienda Militibus Ad Praelium Vocatis. *Acta Apostolicae Sedis*. vol. 7 (p. 72). Typis Polyglottis Vaticanis.
- Sacra Poenitentiaria Apostolica (1915b). De Militibus in Statu Bellicae Convocationis. *Acta Apostolicae Sedis*. vol. 7 (p. 282). Typis Polyglottis Vaticanis.
- Sacra Poenitentiaria Apostolica (1915). De Sacerdotibus Non Cappellanis Ad Exercitum Pertinentibus Quoad Facultatem Excipiendi Confessiones Fidelium Durante Bello. *Acta Apostolicae Sedis*. vol. 7 (p. 130). Typis Polyglottis Vaticanis.
- Sancta Congregatio Pro Negotiis Ecclesiasticis Extraordinariis (1914). Unicuique Sacerdoti Conceditur Facultas, Praesenti Bello Durante, In Militum Utilitatem, Singulis Scapularium Benedictionibus Numismata Ditandi. *Acta Apostolicae Sedis*. vol. 6 (pp. 673-674). Typis Polyglottis Vaticanis.
- Sancta Congregatio Rituum (1882). Approbatio Scapularis in honorem S. Michaelis Archangeli pro Sodalitio de Urbe. *Acta Sanctae Sedis*. vol. 15 (p. 286). Typis Polyglottis Vaticanis.
- Sancta Congregatio Sancti Officii (1915). Derogatur A Quadam Clausula In Favorem Sacerdotum Pia Obiecta Benedicendum Tempore Belli. *Acta Apostolicae Sedis*. vol. 7 (p. 66). Typis Polyglottis Vaticanis.
- Sancta Congregatio Sancti Officii (1910). "Il De Metallico Numismate Pro Lubitu Fidelium Sacris Scapularibus Ex Panno Sufficiendo". *Acta Apostolicae Sedis*. vol. 3 (pp. 22-23). Typis Polyglottis Vaticanis.
- Sancta Congregatio Sancti Officii (1914). Quas Ssmus D. N. Benedictus Pp. XV Impertitur Christifidelibus, Qui Retinentes Aliquam Ex Coronis, Rosariis, Crucibus, Crucifixis, Parvis Statuis, Numismatibus, Ab Eadem Sanctitate Sua Benedictis, Praescripta Pia Opera Adimpleverint. *Acta Apostolicae Sedis*. vol. 6 (pp. 503-506). Typis Polyglottis Vaticanis.
- Santos, J. (2011). *José Ferreira de Lacerda: o sacerdote jornalista - A crónica sobre a Grande Guerra no jornalismo leiriense* [Tese de Mestrado]. Universidade de Coimbra.
- Scapular (1997). In Cross, F. L. e Livingstone, E. A. (eds.), *The Oxford Dictionary of the Christian Church* (p. 1460). Oxford University Press.

- Schapochnik, N. (1998) Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In N. Sevcenko (org.) *História da vida privada no Brasil - República da Belle Époque à Era do Rádio*, 3. Companhia de Bolso.
- Silva, L. (2017). Cristo nas Trincheiras: Aspectos da religiosidade dos portugueses na Flandres. *Omni Tempore: Encontros da Primavera* 2016(2), 333-359.
- Silva, M. (2018). *A religiosidade dos portugueses na Grande Guerra* [Tese de Mestrado]. Universidade do Porto.
- Telo, A. (2010). *Primeira Republica I - Do Sonho à Realidade*. Editorial Presença.
- Walker, H. (2016). Saving Bodies and Souls: Army Chaplains and Medical Care in the First World War. *Postgraduate Journal of Medical Humanities*(3), 24-38.
- Zamit, P. (1967). *Scapulars*. In *Catholic University of America* (Ed.), *New Catholic Encyclopedia* (pp. 1114-1116). McGraw-Hill.

Notas

- 1 O artigo em apreço, “Membros mortos da Igreja há bastantes”. Os objetivos do proselitismo do Pe. Avelino de Figueiredo, capelão do CEP na I Guerra Mundial (1917-1919)” foi apresentado sob a forma de conference paper ao *VIII Workshop Diálogos entre Experiencias y Representaciones de la Guerra en el Siglo XX*, realizado em Buenos Aires entre 26 e 27 de outubro de 2022).
- 2 Consoante uma carta de João Pinheiro Chagas dirigida aos “Senhores da Liga Monarchica”, a Liga foi criada em 1909 e situava-se no nº7, 2º andar da rua do Sacramento, no Chiado, em Lisboa. A Liga propunha-se a realizar conferências e a auxiliar os sócios através de um serviço médico gratuito. No anúncio de 11 de janeiro de 1909 que prometia o início célere das suas atividades, convidava todos os monárquicos a fazer parte da instituição pelo valor de 100 réis mensais (Chagas, 1909: 81-83).